



TCESP

Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

Unidade Regional de Sorocaba - UR-9



Processo : TC-001244.989.21-6

Entidade : Prefeitura Municipal de Ibiúna

Assunto : Acompanhamento Especial – **COVID-19**
Processo de Contas Anuais - TC-007201.989.20-9

**Período
examinado** : Janeiro/2021

Responsável : Sr. Paulo Kenji Sasaki (Prefeito)

CPF nº : 122.549.228-90

Relatoria : Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues

Instrução : UR-9 / DSF- II

Senhor Diretor Técnico de Divisão da UR-9,

Este processo foi autuado com o objetivo de instruir fatos relacionados à gestão municipal das medidas de enfrentamento à pandemia decorrente do coronavírus (Covid-19), sem prejuízo de eventuais análises abrigadas em autos próprios/específicos, o que, se for o caso, será anotado no decorrer do presente.

A Fiscalização planejou a execução de seus trabalhos, que foram efetivados remotamente, por meio de ferramentas e sistemas disponíveis, considerando as seguintes fontes:

- a. Normas expedidas no âmbito federal, estadual e municipal regulamentando as ações de combate à pandemia citada;
- b. Questionário de “Gestão de Enfrentamento da Covid-19” desenvolvido por este e. Tribunal de Contas e respondido pela origem;
- c. Comunicados, Notas Técnicas e demais orientações exaradas por esta E. Corte de Contas;



- d. Análise de dados carregados nos sistemas disponíveis à Fiscalização, tais como Sigeo, Sistema Audesp, entre outros;
- e. Pesquisas aos sítios de transparência dos Órgãos Fiscalizados e outras fontes da rede mundial de computadores;
- f. Eventuais ações fiscalizatórias desenvolvidas através da seletividade.

O presente relatório visa apresentar as análises efetuadas pela Fiscalização, considerando a relevância do tema, sob a ótica dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

A. INFORMAÇÕES PRELIMINARES

A.1. INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS

Para evidenciar a situação da pandemia no município, consoante informado pelo Poder Executivo municipal no “Questionário de Enfrentamento da Covid-19” (Documento 1 – fls. 27/29), segue a estatística acumulada até o mês em referência:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Número de exames coletados para a Covid-19	2351
Número de casos em análise da Covid-19	43
Número de casos descartados da Covid-19	1193
Número de casos confirmados da Covid-19	970
Número de casos recuperados da Covid-19	870
Número de óbitos confirmados de Covid-19	54
Número de óbitos suspeitos de Covid-19	0
Número de óbitos descartados de Covid-19	0
Número de leitos existentes na enfermaria	10
Número de leitos ocupados na enfermaria	2
Número de leitos existentes na UTI	10
Número de leitos ocupados na UTI	1

A.2. MEDIDAS ADOTADAS PELO MUNICÍPIO

No contexto da pandemia, consoante questionário de “Gestão de Enfrentamento da Covid-19” (Documento 1 – fls 3/5), a Origem informou o seguinte:



- a. Não houve edição do decreto de calamidade pública ou de estado de emergência com vigência para o ano de 2021;
- b. Providenciou a formação de equipe multidisciplinar ou comitê de crise para avaliações, deliberações e acompanhamento do planejamento e das ações de enfrentamento ao Covid-19;
- c. Não há participação do Conselho Municipal de Saúde na citada equipe multidisciplinar ou comitê de crise;
- d. A Administração realiza a divulgação à população das medidas sanitárias sobre o enfrentamento à Covid-19 por meio de publicações em redes sociais e jornais do Município e, ainda, pela circulação dos Agentes Comunitários de Saúde nas ruas, orientando os munícipes;
- e. Foi elaborado Plano Municipal de Enfrentamento à Covid-19;
- f. Não existem instrumentos (planilhas e/ou aplicativos) para o acompanhamento da involução ou evolução das demandas relacionadas às ações de enfrentamento ao Covid-19;
- g. O Município não está divulgando todos os atos, receitas e despesas decorrentes da situação de calamidade pública no portal de transparência do município, não atendendo, com isso, o estabelecido no Comunicado SDG nº 18/2020, pois referido sítio esteve indisponível para consulta durante todo o mês de janeiro, situação que permanece até o momento (Documento 2).

A.3. VACINAÇÃO

Para evidenciar a situação da vacinação no Município, consoante questionário de “Gestão de Enfrentamento da Covid-19” (Documento 1 – fls. 34/45), seguem dados referentes ao período examinado:

DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO
Existe Plano Municipal de Vacinação contra a Covid-19?	Sim
Existe cadastramento municipal do público prioritário para vacinação – Covid-19?	Sim ¹
Houve vacinação contra a Covid-19 no município, até o período em análise?	Sim
Existe controle de possíveis contaminações por Covid-19 de pessoas vacinadas (resistência viral)?	Não
Percentual entre pessoas vacinadas total e pessoas contaminadas por COVID-19, mesmo após a vacinação:	Prejudicado

¹ Porém, apenas para os idosos acamados (em suas residências).



Vacinação (Previsto X Realizado)				
Grupos	Doses	Previsto ²	Realizado	Diferença
Profissionais da Saúde	1ª dose	Prejudicado	1016	Prejudicado
	2ª dose	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado
Idosos	1ª dose	58 ¹	93	-
	2ª dose	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado
Idosos em instituições de longa permanência	1ª dose	93	63	Prejudicado
	2ª dose	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado
Pessoas a partir de 18 anos com deficiência em residências inclusivas	1ª dose	Prejudicado	0	Prejudicado
	2ª dose	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado
Profissionais do corpo técnico de instituições(longa permanência e inclusivas)	1ª dose	Prejudicado	77	Prejudicado
	2ª dose	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado
Indígena e quilombolas	1ª dose	Prejudicado	0	Prejudicado
	2ª dose	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado
Profissionais da educação	1ª dose	Prejudicado	0	Prejudicado
	2ª dose	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado
Moradores de rua (abaixo de 60 anos)	1ª dose	Prejudicado	0	Prejudicado
	2ª dose	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado

A Origem informou, e a Fiscalização constatou, ainda, o que segue:

- Não existe previsão de quantitativos de vacinas a serem recebidas dos governos estadual e/ou federal no decorrer do mês analisado;
- Houve previsão de vacinação - Covid 19 em domicílio para pessoas do grupo de risco;
- Existe plano de cadastramento e acompanhamento da evolução do quadro clínico das pessoas vacinadas;

² O Município não realizou cadastramento municipal para vacinação de grupos prioritários.



- d. Houve treinamento para as equipes de saúde que estão atuando na vacinação;
- e. Existe na rede municipal refrigeradores suficientes para o armazenamento das vacinas Covid-19 (+2°C a +8°C);
- f. Em janeiro, a campanha municipal para esclarecimentos sobre a vacinação à população ainda não havia sido iniciada.

B. ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, CONTÁBIL E FISCAL RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2021

B.1. DAS RECEITAS

Preliminarmente, conforme informado pela Origem, houve queda de arrecadação, considerando que no final do período examinado a receita estimada era de R\$ 18.591.527,92, e a arrecadada foi de R\$ 16.490.790,98.

Ainda, informou que houve recebimento de receitas estaduais e/ou federais destinadas ao enfrentamento da pandemia, no período em análise. Todavia, conforme detalhado no item A.2. deste relatório, o Portal da Transparência Municipal encontra-se indisponível, prejudicando a análise deste item pela Fiscalização.

B.2. ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FISCAIS

A Origem informou e a Fiscalização constatou as seguintes irregularidades quanto aos aspectos orçamentários, contábeis e fiscais (Documento 1 – fls. 7/9) :

- a. Não houve a elaboração de Plano de Contingência Orçamentária;
- b. A Prefeitura não realizou, até o encerramento do período analisado, medidas de contingenciamento em face da queda na arrecadação;
- c. Houve abertura de créditos extraordinários, cuja análise revelou o seguinte:
 - i. Não houve estimativa de impacto sobre o equilíbrio orçamentário e financeiro para sua abertura.



TCE-SP

Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

Unidade Regional de Sorocaba - UR-9



CONCLUSÃO

Com relação aos assuntos tratados neste relatório, destacamos:

A.2. MEDIDAS ADOTADAS PELO MUNICÍPIO: Não houve edição de decreto de calamidade pública, com validade para 2021, mesmo tendo ocorrido queda na arrecadação; indisponibilidade de acesso aos dados no Portal da Transparência Municipal;

B.1. DAS RECEITAS: Ausência de informações atualizadas no Portal da Transparência Municipal, prejudicando a análise da Fiscalização;

B.2. ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FISCAIS: Não houve elaboração de Plano de Contingência Orçamentária, tampouco realização de medidas de contingenciamento, frente à queda na arrecadação.

À consideração de Vossa Senhoria.

Seção UR-9.3 - Sorocaba, 9 de fevereiro de 2021

Vinicius Antonio Jardim Galluzzi

Chefe Técnico da Fiscalização